

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RAQUEL APARECIDA BATISTA MOURA

ORÇAMENTO PÚBLICO, ESTRUTURAMENTO E ASCENSÃO DAS DESPESAS
PÚBLICAS, O MECANISMO DA GESTÃO.

ARAXÁ-MG
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

RAQUEL APARECIDA BATISTA MOURA

ORÇAMENTO PÚBLICO, ESTRUTURAMENTO E ASCENSÃO DAS DESPESAS
PÚBLICAS, O MECANISMO DA GESTÃO.

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João Del Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

ARAXÁ-MG
2018

RAQUEL APARECIDA BATISTA MOURA

ORÇAMENTO PÚBLICO, ESTRUTURAMENTO E ASCENSÃO DAS DESPESAS
PÚBLICAS, O MECANISMO DA GESTÃO.

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João Del Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador Prof. MARCO ANTONIO CATUSSI PASCHOALOTTO - UFSJ

APROVADA EM (DATA POR EXTENSO)

BANCA EXAMINADORA:

Prof. MARCO ANTONIO CATUSSI PASCHOALOTTO
UFSJ (Orientador)

Prof. (NOME DO PROFESSOR) – UFSJ

Profª. (NOME DO PROFESSOR) – UFSJ

RAQUEL APARECIDA BATISTA MOURA

ORÇAMENTO PÚBLICO, ESTRUTURAMENTO E ASCENSÃO DAS DESPESAS
PÚBLICAS, O MECANISMO DA GESTÃO.

Monografia apresentada a Universidade
Federal de São João Del Rei como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Aprovada:

Prof. Dr. Nome do membro da banca (UFV)

Prof. Dr. Nome do membro da banca (UFV)

Prof. Dr. Nome do membro da banca (UFV)

Epigrafe

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.
Paulo Freire

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu esposo Orlando, meus filhos Florença e Matheus e a todas as pessoas do Curso de Especiliação em Gestão Publica da Universidade Federal de São João Del Rei onde mesmo, que no campo virtual, me proporcionou agregar mais conhecimentos na minha formação academica”

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre presente em minha vida em todos os momentos.

Dedicação, admiração, orgulho, amor e exemplo é o que define meus filhos Florença e Matheus, por me incentivar e não deixar desanimar quando as dificuldades e condições adversas insistia em me desanimar. ao meu esposo Orlando pelo apoio incondicional.

À Universidade Federal de São João del Rei , seu corpo docente aos coordenadores, professores e tutores em especial ao **Tutor José Olimpio Domingues Junior** e ao **Orientador Marco Antonio Catussi Paschoalotto** , que juntos me proporcionou um vislumbre um horizonte superior na área do saber ,e, pela oportunidade oferecida para a realização do curso em Pós Graduação em Gestão Pública.

A todos o meu muito obrigado pela amizade, apoio, pelos ensinamentos tão importantes para aprimorar meus conhecimentos acadêmicos, pelos esclarecimentos e acompanhamento na condução deste trabalho pelas críticas e pelos valiosos esclarecimentos.

E a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo levar ao conhecimento da população de forma simples de como é planejado e executado o Orçamento Público. Por ser considerado de alta complexidade a participação do cidadão se torna cada vez mais distante no seu processo de elaboração. Tendo como objetivos específicos: expor o objetivo de um Orçamento Público dentro de um programa governo, acompanhar a execução dos gastos públicos tornar o Orçamento Público mais participativo. A metodologia empregada foi à pesquisa baseada em levantamento de dados bibliográficos para fundamentação teórica. Esse levantamento teórico aferiu que o orçamento público em sentido amplo é um documento legal, que contém a previsão das receitas a serem arrecadadas e a fixação de despesas a serem realizadas por um governo num determinado exercício financeiro, geralmente compreendido por um ano, tornando assim bastante estruturado e embasado por instrumentos legais que auxiliam seu planejamento, execução e acompanhamento. O principal benefício alcançado através do orçamento público por ser um instrumento de planejamento das ações governamentais, a sua elaboração e execução devem ser realizadas com responsabilidade e competência, necessárias à correta gestão, em prol do interesse público. Ficou claro que o entendimento depende da disponibilização do conceito desses instrumentos e da simplificação com que são apresentados aos cidadãos, No entanto, hoje em dia através dos meios de comunicação é crescente o número de pessoas ativas nas intervenções populares em finanças públicas devidas à maior disponibilidade literária sobre o assunto. Concluiu-se, e fica evidenciado que é de fato relevante a participação da população na elaboração do mesmo, porém, esta ainda ocorre de modo muito pouco participativo. Portanto, o trabalho aqui realizado irá contribuir de forma positiva na simplificação e apresentação dos aspectos gerais do orçamento público, de forma a facilitar o seu entendimento pela sociedade.

Palavras-chave: Elaboração do Orçamento Público Brasileiro, Ciclo Orçamentário, Histórico do Orçamento Público, Participação da Sociedade no Acompanhamento das Contas Públicas.

ABSTRACT

The work has as objective takes to the knowledge of the population in a simple way of as it is drifted and executed the Budget Publish. For being considered of high complexity the citizen's participation she becomes more and more distant in his elaboration process. Tends as specific objectives: to expose the objective of a Budget Publish inside of a program government, to accompany the execution of the public expenses to turn the Budget I Publish more participation. The used methodology went to the research based in rising of bibliographical data for theoretical fundamentação. That theoretical rising checked that the public budget in wide sense is a legal document, that contains the forecast of the incomes the they be collected and the fixation of expenses to be accomplished by a government in a certain financial exercise, usually understood by one year, turning like this quite structured and based by legal instruments that aid his planning, execution and attendance. The main benefit reached through the public budget by being an instrument of planning of the government actions, his elaboration and execution should be accomplished with responsibility and competence, necessary to the correct administration, on behalf of the public interest. Of course the understanding depends on the disponibilização of the concept of those instruments and of the simplification with that are introduced to the citizens. However, nowadays through the communication means it is growing the number of active people in the popular interventions in public finances owed to the largest literary readiness on the subject. It was ended, and it is evidenced that it is in fact relevant the participation of the population in the elaboration of the same, however, this still happens in way little a lot of participation. Therefore, the work here accomplished will contribute in a positive way in the simplification and presentation of the general aspects of the public budget, in way to facilitate her understanding for the society.

Keyword: Elaboration of the Brazilian Public Budget, Budget cycle, Historical of the Public Budget, Participation of the Society in the Attendance of the Public Bills.

LISTA DE QUADROS

01 - Fluxograma de Receitas	pág.19
-----------------------------------	--------

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Gasto Primário – variações entre os períodos 2011 e 2016 (R\$ milhões – Valores correntes)Pág. 32

Tabela 02- Composição do Gasto Primário – períodos 2011 e 2016 (R\$ milhões IPCA dez/2016)Pág. 33

Tabela 03- Gasto Primário – variações entre os períodos 2011 e 2016 (R\$ milhões constantes IPCA dez/2016) Pág. 33

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1- Evolução Anual das Receitas valores corrigidos pelo pelo IPCA 2011/2018Pág. 21
- Gráfico 2- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano 2011Pág. 22
- Gráfico 3- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano de 2012Pág.22
- Gráfico 4- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano de 2013Pág. 23
- Gráfico 5- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano de 2014Pág.23
- Gráfico 6- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano de 2015Pág. 24
- Gráfico 7- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano de 2016Pág. 24
- Gráfico 8- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano de 2017Pág. 25
- Gráfico 9- Execução Orçamentaria Evolução Anual das Receitas - Projeto de Lei + Receita Prevista Inicial + Receita Prevista+Receita Arrecadada Bruta + Receita Arrecadada (-) Deduções +Receita Arrecadada Liquida – valores corrigidos pelo pelo IPCA ano de 2018Pág. 25
- Gráfico 10- Evolução Anual das Receitas valores corrigidos pelo pelo IPCA período 2011/18Pág.. 26
- Gráfico 11 – Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2011Pág. 26
- Gráfico 12 – Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2012Pág. 27
- Gráfico 13 – Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2013Pág. 27

Gráfico 14 – Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2014Pág.28

Gráfico 15 – Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2015Pág.28

Gráfico 16 – Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2016 Pág.29

Gráfico 17– Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2017Pág.29

Gráfico 18 – Execução Orçamentaria Evolução Anual de Despesa – Projeto Lei+Dotação Inicial + Autorizado + Empenhado+ Despesa Executada + Pago+ Pago =RP + Restos á Pagar +Inscritos – valores corrigidos pelo IPCA ano de 2018Pág. 30

Gráfico 19 – Historico Recente em valores Reais analisados no period de 2007 a 2016..... Pág. 33

Gráfico 20 – Evolução dos Numeros – Arrecadação e Gastos do Governo central – Receita Liquida - Despesa primariaPág.34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CONORF - Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal

CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC – INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo),

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MP – Ministério Público

OGU – Orçamento Geral da União

ONU - Organização das Nações Unidas

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

RP – Restos a Pagar

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
1. INTRODUÇÃO	17
1.2 Objetivos	17
1.2.2 Objetivos específicos:.....	17
1.3 Justificativa.....	17
1.3.1 Metodologia.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 – Administração Pública Brasileira.....	18
2.2.1 Conceitos	18
2.2 Receitas Públicas	19
2.2.1 – Conceitos e definições	19
2.3 Despesas Públicas	19
2.3.1 – Conceitos e definições	19
2.3.3 Siafi.....	20
2.3.4 Siga Brasil	20
3. MÉTODOLOGIA	20
3.1- Identificação.....	20
3.2- Correções de dados segundo deflator.....	20
3.3- Procedimentos.....	20
4. ANÁLISE	21
4.1 - Evolução geral das variáveis.....	21
4.3.2 Discussão	33
4.3.3 HISTÓRICO RECENTE	33
4.3.5 EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS	34
4.4.1 PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	35
4.4.2 ENCARGOS ESPECIAIS	35
4.4.3 SAÚDE	35
4.4.4 EDUCAÇÃO.....	35
4.4.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	36
4.4.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	36
4.4.8 DEFESA NACIONAL	36

4.4.9 OUTROS GASTOS.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
5.1 Pressupostos	36
5.2 . Alcance dos objetivos.....	37
5.2.1 - Objetivo geral:.....	37
5.3 - Sugestões para pesquisas futuras	37
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
Estatísticas	39

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objeto

O orçamento público é de grande relevância para as sociedades contemporâneas é uma ferramenta que sistematiza funções do orçamento público principais sendo: alocativa, distributiva e estabilizadora. O objetivo principal é demonstrar como o orçamento publico é fundamental na gestão pública tendo como finalidade um orçamento bem elaborado com proposta orçamentária real de acordo com o cenário economico atual e apresentando um prognóstico de arrecadação e estimativas de despesas. Esse trabalho é uma proposta de utilização de dados orçamentários para estudos. Aplicando um corte temporal a partir de 2011 e até o primeiro semestre de 2018, sendo possível realizar um estudo comparado a ascensão das receitas e despesas do governo federal brasileiro e responder à seguinte questão: Qual é a evolução das receitas e despesas públicas federais no Brasil, entre 2011 a 2018?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral:

Analisar a evolução e ascensão das receitas e despesas públicas, entre 2011 a 2018.

1.2.2 Objetivos específicos:

- 1º - expor o objetivo de um Orçamento Público dentro de um programa governo;
- 2º - acompanhar a execução dos gastos públicos;
- 3º - tornar o Orçamento Público mais participativo.

1.3 Justificativa

A proposta deste tema visa instruir à sociedade abrangendo sua totalidade, sobre como é elaboração do orçamento público, pois percebemos que para muitos indivíduos é incompreensível, devido à falta de informações, e por ser utilizada uma linguagem desconhecida que impossibilita seu entendimento, como também pela falta de transparência na relação com o setor público, sabemos que Orçamento Publico em sua amplitude e um documento legal onde e plausível de ser considerado como a previsão das receitas a serem arrecadadas e a fixação de despesas a serem realizadas por um governo em um determinado exercício financeiro. Com o amadurecimento do regime democrático e com as implementações de tecnologias, possibilitando o acesso as informações a sociedade tornou se mais participativa e passou a interessar mais e fiscalizar de como os seus gestores vem administrando os recursos públicos. Com esse novo conceito partindo da sociedade acredita-se obter uma maior influencia sobre os gastos públicos e sua aplicação principalmente nas políticas publica. Pois quando se fala em investimentos públicos nas áreas de educação, saúde, segurança, infraestrutura, habitação, e comum pensar em super faturamentos, desvios de verbas, corrupção, pois a mídia vem dando ênfase e noticiando esse tipo de noticias freqüentemente onde relata essa apropriação indébita algo que afeta diretamente o bem-estar dos cidadãos. Quando se trata da qualidade dos gastos públicos transpõe pela literatura especializada com indícios que e preciso melhorar o jeito de conduzir a gestão publica com desempenho no que se refere ao orçamento publico, evitando assim o desperdício. Reaver os

conceitos, analisar as interferências políticas na aplicação dos recursos, principalmente quando estes influenciam a eficiência do processo e limita a eficácia dos objetivos propostos para a melhor execução e aplicação dos gastos públicos.

1.3.1 Metodologia

Para alcançar os objetivos enumerados anteriormente serão desenvolvidos os seguintes passos metodológicos:

- Revisão bibliográfica, onde serão utilizados artigos, teses, anais de congressos e livros para mostrar opiniões dos autores que estudaram sobre o tema proposto.

A metodologia utilizada na execução deste Trabalho Acadêmico será através de Pesquisa Bibliográfica, com consulta em diversos artigos encontrados na internet, utilizando vários conceitos para definir os temas abordados e atuais sobre os assuntos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico será tomado como fundamento a partir de situações históricas e institucional no qual o orçamento público brasileiro está incorporado. Verificamos que o primeiro fundamento da Administração Pública, onde esta sujeita a estimativa do processo de avaliação, que constitui num agente decisório e implementador das políticas públicas e os seus utilizadores das informações obtidas dentro das análises orçamentárias. Segundo fundamento, é a Despesa Pública, com os seus (conceitos) definições, históricos, normas e processos de planejamento e execução. O terceiro fundamento é tornar o Orçamento Público mais participativo, conceito, correntes teóricas e avaliação. A finalidade será feita com conclusões sobre o referencial com a compreensão do processo orçamentário e das suas instrumentalidades.

2.1 – Administração Pública Brasileira

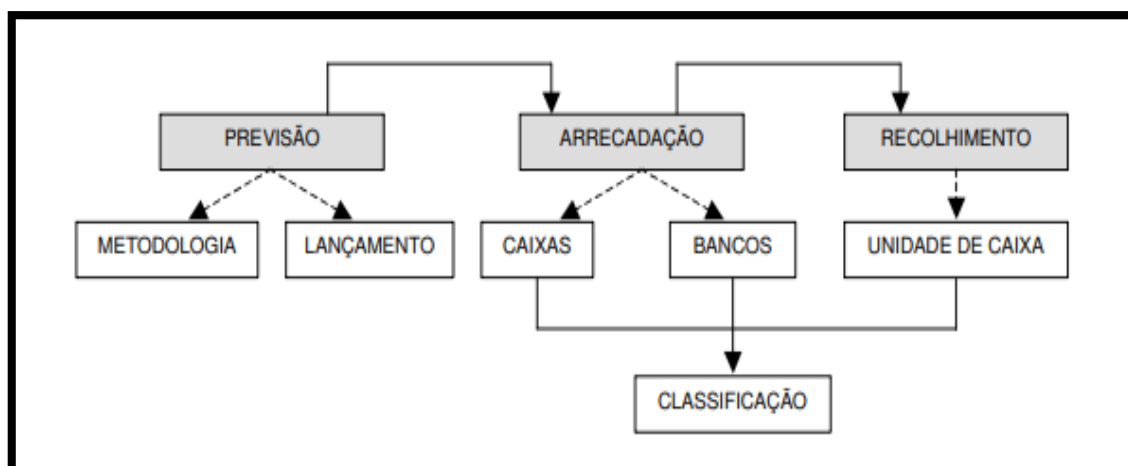
2.2.1 Conceitos

A administração pública (ou gestão pública) se define como o poder de gestão do Estado, no qual inclui o poder de legislar e tributar, fiscalizar e regulamentar, através de seus órgãos e outras instituições; visando sempre um serviço público efetivo. A administração se define através de um âmbito institucional-legal, baseada na Constituição, leis e regulamentos. Originou-se na França, no fim do século XVIII, mas só se consagrou como ramo autônomo do direito com o desenvolvimento do Estado de Direito. Teve como base os conceitos de serviço público, autoridade, poder público e especialidade de jurisdição. O Brasil é um Estado Republicano Federativo que congrega entes federativos – União, 26 Estados-membros, 1 Distrito Federal (DF) e 5.570 Municípios (IBGE, 2013). Cada ente possui autonomia administrativa e se organiza em esfera de poderes (executivo legislativo e judiciário, para União, Estados e DF e executivo e legislativo para Municípios). União, DF e Estados possuem ainda Ministério Público

2.2 Receitas Públicas

2.2.1 – Conceitos e definições

Receita pública é o montante total em dinheiro recolhido pelo Tesouro Nacional, incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos. Receita Pública é uma derivação do conceito contábil de Receita, que agrega outros conceitos utilizados pela administração pública, em virtude de suas peculiaridades. No entanto, essas peculiaridades não interferem nos resultados contábeis regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC – por meio dos Princípios Fundamentais, uma vez que a macromissão da contabilidade é atender a todos os usuários da informação contábil, harmonizando conceitos, princípios, normas e procedimentos às particularidades de cada entidade. Receitas Públicas são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Dessa forma, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas.



Os estágios da receita orçamentária pública são: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. O lançamento, segundo o art. 53 da Lei nº 4.320/1964, é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

2.3 Despesas Públicas

2.3.1 – Conceitos e definições

Despesa pública é o conjunto de dispêndios (aquilo que se gasta, se consome; gasto, consumo, despesa) realizados pelos entes públicos a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos. A despesa faz parte do orçamento e corresponde às autorizações para gastos com as várias atribuições governamentais (JUND, 2008). Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital). As despesas públicas devem ser autorizadas pelo Poder legislativo, através do ato administrativo chamado orçamento público.

2.3.2 – Tecnologia da Informação utilizado no Setor Publico

2.3.3 Siafi

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - **SIAFI** é um sistema contábil que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do governo federal brasileiro.

2.3.4 Siga Brasil

É uma solução tecnológica inovadora, desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) e pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen), ambas as unidades do Senado Federal e disponível na internet para uso público (SENADO FEDERAL, 2012). O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre o orçamento público federal cujo o objetivo é permitir acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado da Administração Financeira – SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. Esse acesso pode ser realizado pelo Siga Brasil Painéis e pelo Siga Brasil Relatórios.

3. MÉTODOLOGIA

3.1- Identificação

A pesquisa proposta estabelece o objetivo para as receitas e despesas orçamentárias federais. No entanto limita-se ao exceder, inclinação ou uma determinação para outras esferas de governo ou para outros países. É importante ressaltar que as despesas estão relacionadas a um plano de governo e suas escolhas políticas estão dentro de um contexto em um determinado período de acontecimentos, e de conformidade com as atribuições constitucionais dadas à União e aos valores culturais da nação brasileira. Para abordagem desse trabalho será utilizado uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Quantitativa, pois serão estudados dados orçamentário-financeiros no período de 2011 a 2018, e, Qualitativa, pois, a partir da análise vertical dos dados classificados, será possível identificar onde os recursos foram aplicados e suas prioridades. Dois procedimentos técnicos são os adotados: pesquisa bibliográfica, e pesquisa documental, no levantamento de dados orçamentários a partir do Siga Brasil e SIAFI..

3.2- Correções de dados segundo deflator

Para a disponibilidade dos dados e para obter maior clareza e entendimento a comparação dos orçamentos de 2011 a 2018, foi coletada a partir valor IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou valor em moeda corrente é o valor da variável estudada na data selecionada. As razões principais a ser utilizado é porque o indicador produzido por um sistema oficial Siga Brasil – SIAFI e por ser utilizado pelo governo. Medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final. O IPCA é considerado o índice oficial de inflação do país (Considerando, ainda, uma grande variação na execução mensal das despesas, os valores, nessa pesquisa, foram apurados e deflacionados mensalmente e em seguida consolidados por ano.

3.3- Procedimentos

Os procedimentos adotados apresentam as etapas da pesquisa. Foram apresentados e levantados os dados a partir da ferramenta Siga Brasil (extração de dados realizada entre os períodos de 2011 a 2018. Os meios selecionados foram os de Evolução Anual Receita (R\$) IPCA e Evolução Anual de

Despesas em real (IPCA) dos anos 2011 a 2018 sendo que: o ano 2018 foram analisados apenas o primeiro semestre por se tratar do ano corrente Julho/2018. E os objetos do resultado (parâmetros de consulta) foram: Para as **Receitas IPCA (\$)**

a) para tempo: Ano

b) para valores: Receita PL – (Projeto de Lei) – Receita Prevista Inicial- Receita Arrecadada Bruta- Receita Arrecadada e Deduções (-) – Receita Arrecadada Liquida

Para as Despesas IPCA (\$)

a) ano

b) para valores: Projeto de Lei – Dotação Inicial – Autorizado – Empenhado – Despesa Executada – Pago – Pago + RP Pago – Restos á Pagar e inscritos - esses serão chamados doravante variáveis.

Os valores podem ser extraídos no Site – Siga Brasil e sistema do SIAFI onde agrupa os dados para consultas, estudos e resultados.

Constam no Siga Brasil as seguintes descrições para essas variáveis que serão exploradas na pesquisa e para análises, discussão e resultados.

a) Dotação Inicial – Valor em Reais discriminado na Lei Orçamentária Anual – LOA após ser sancionada pelo Presidente da República (já incluídos os vetos).

b) Autorizado – Registra a soma dos valores da Dotação Inicial com os cancelamentos e remanejamentos relativos à abertura de créditos adicionais. Ex: Autorizado = Dotação Inicial + Créditos Suplementares + Créditos Especiais + Créditos Extraordinários + Dotação Cancelada e Remanejada

c) Empenhado – Soma dos empenhos a liquidar e liquidados

d) Pago – Indica os valores pagos e corresponde ao terceiro e último estágio da despesa.

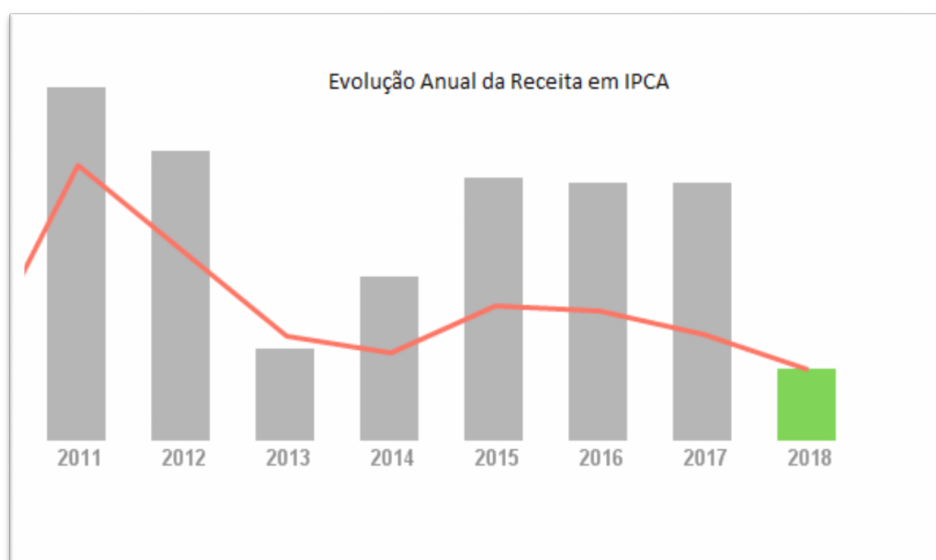
e) RP Inscrito – RP não-processado inscrito + RP processado inscrito

f) RP Pago – RP não processado pago + RP processado pago – Nota-se que os valores apurados como RP inscrito são aqueles inscritos nos exercícios relativos aos respectivos anos, de despesas pendentes de liquidação ou pagamento de exercícios anteriores (inscrição ou reinscrito).

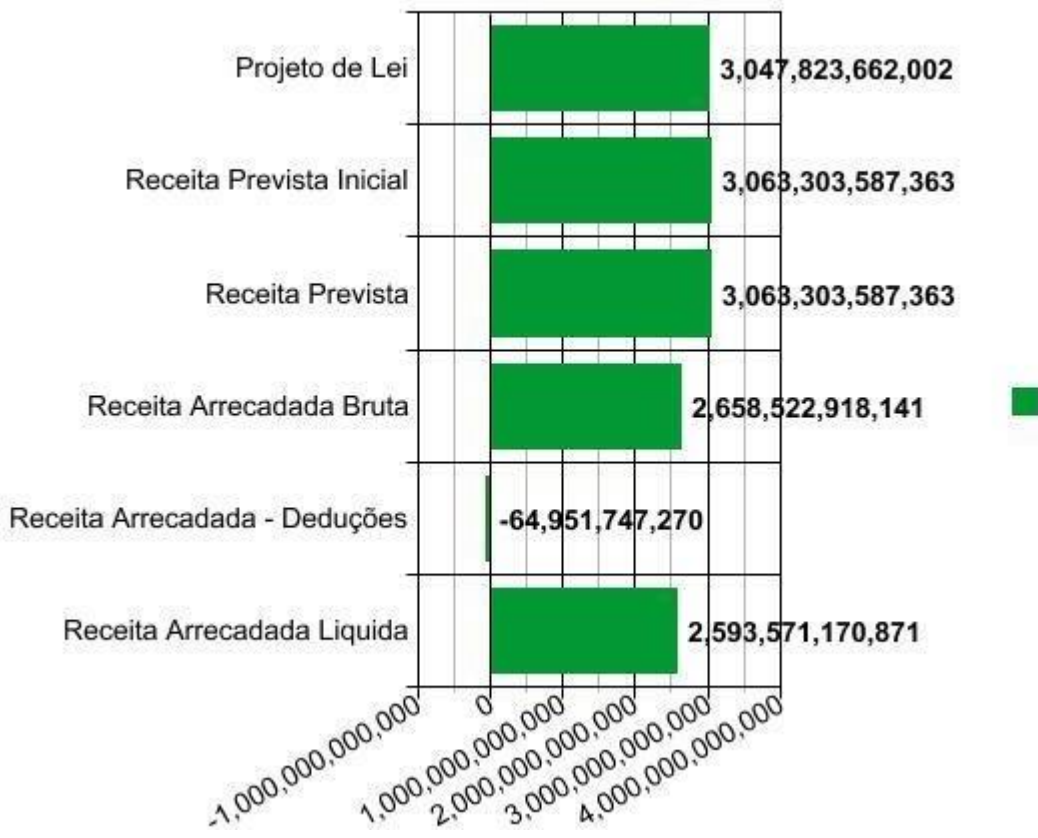
4. ANÁLISE

4.1 - Evolução geral das variáveis

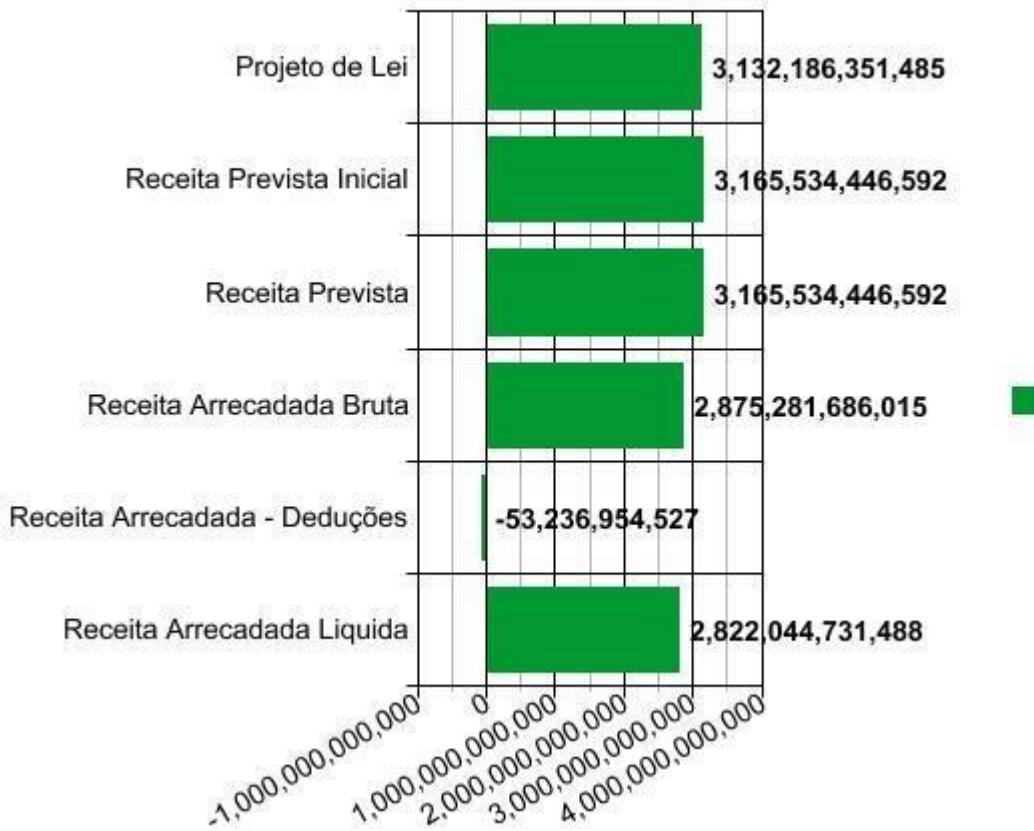
Os Gráfico abaixo demonstra os valores das receitas atualizados e pesquisados referentes à gestão orçamentária da União de 2011 a 07/2018: Evolução Anual Receitas IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

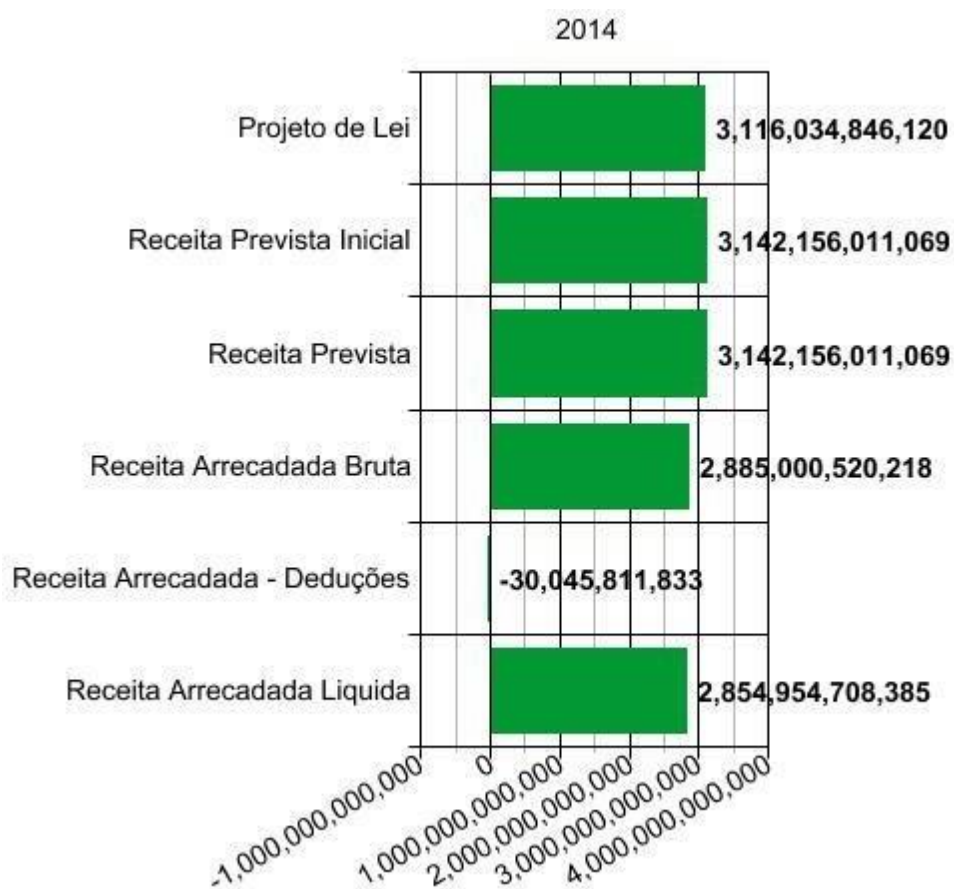
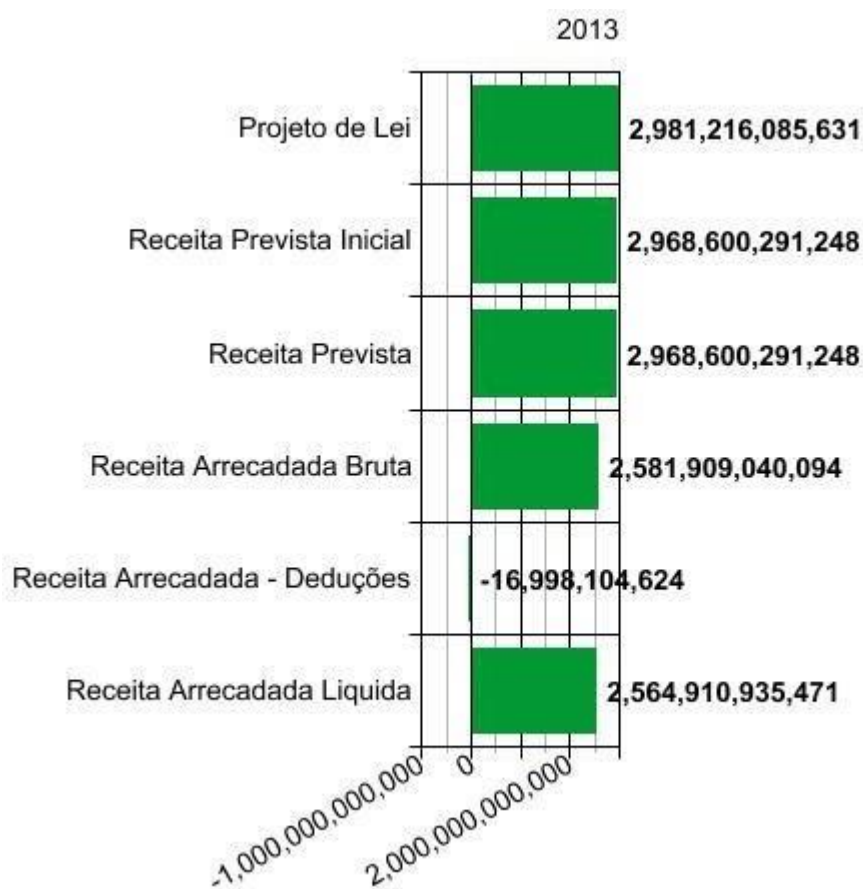


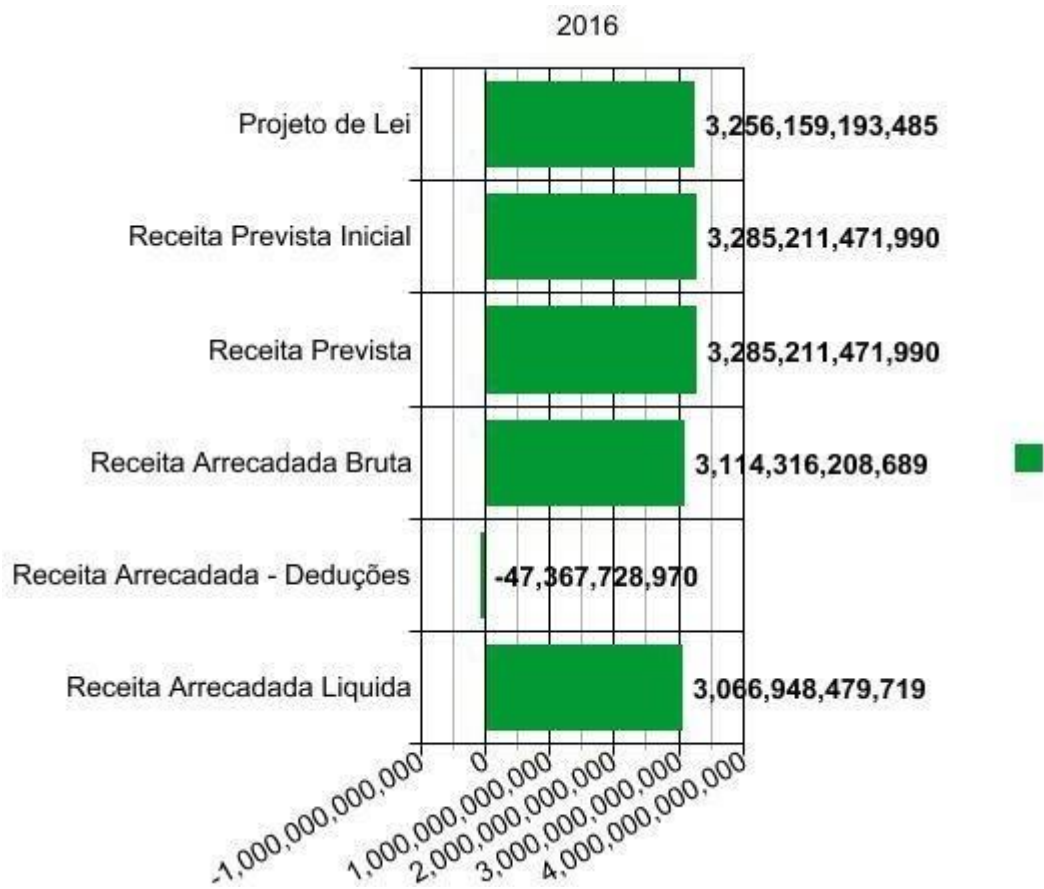
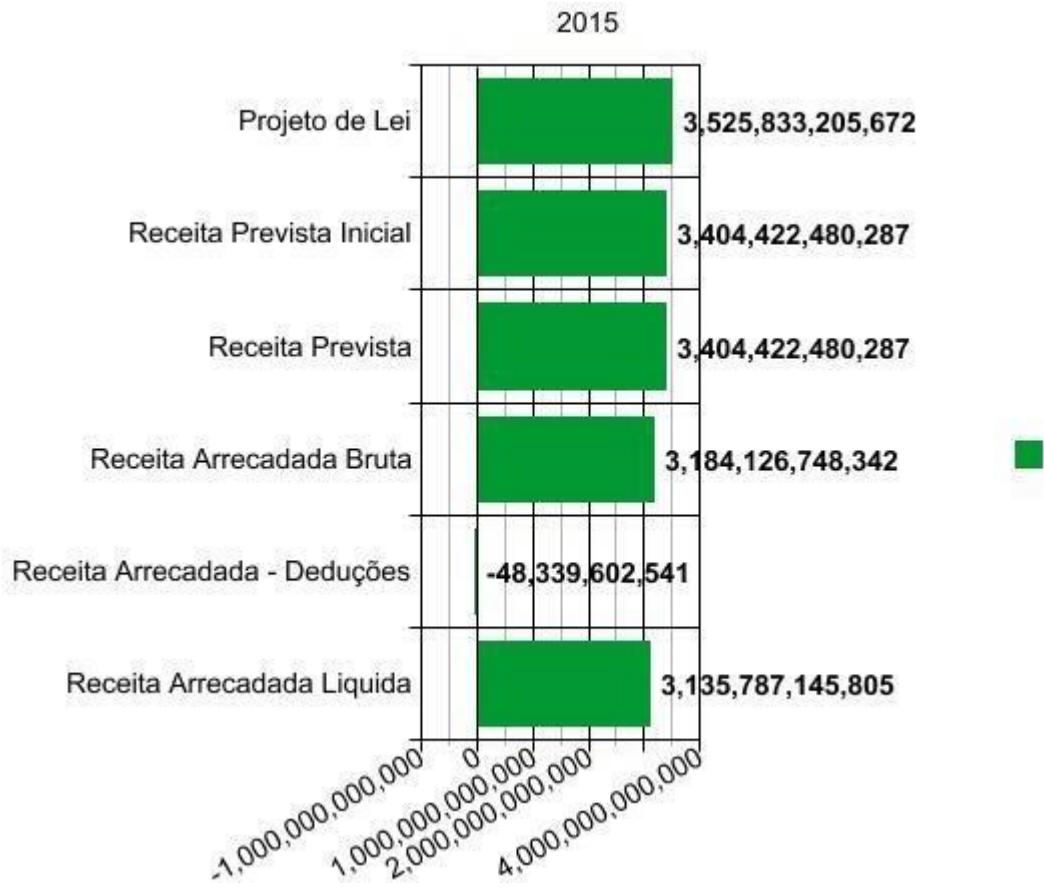
2011

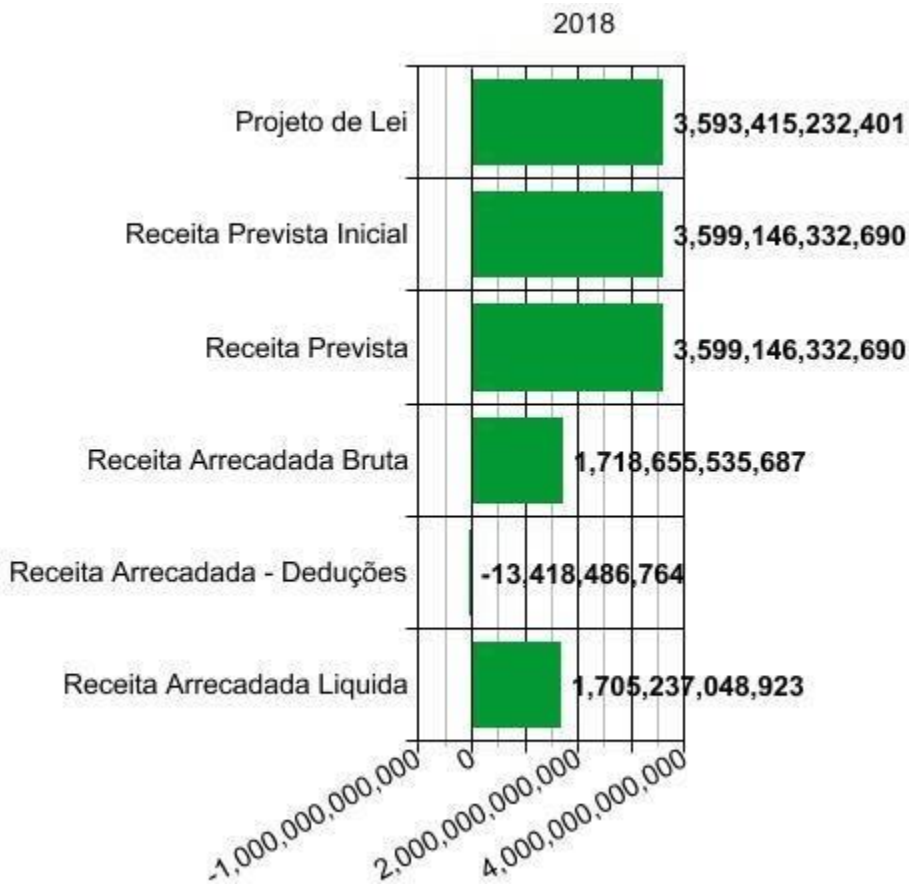
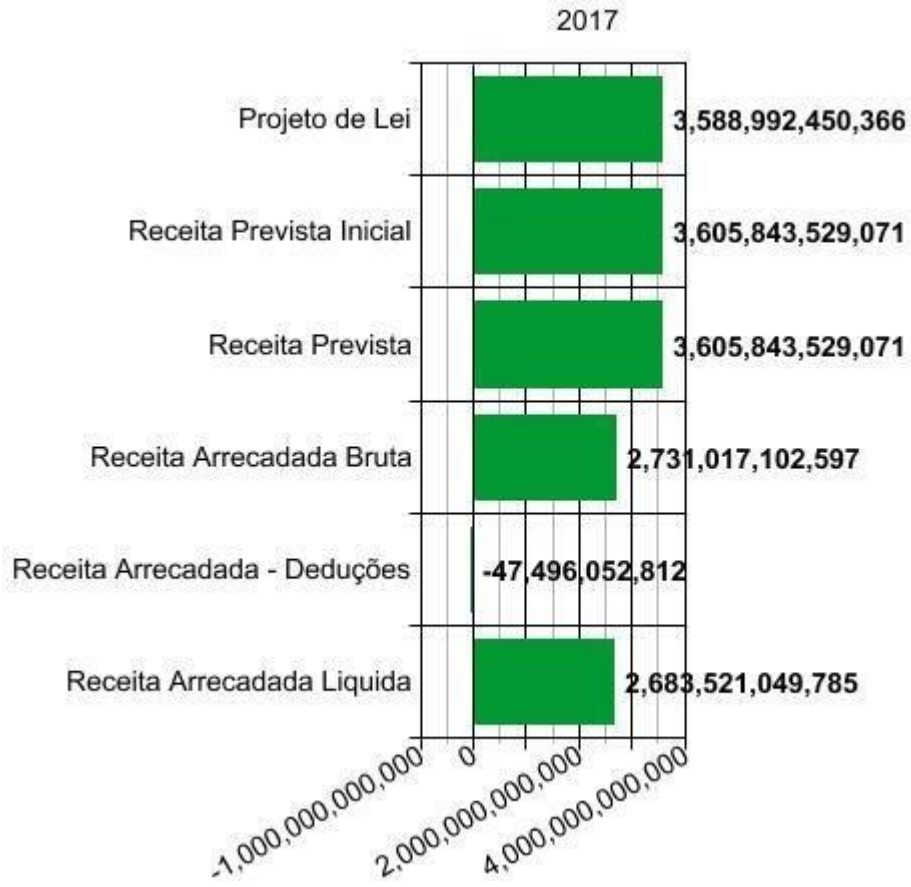


2012

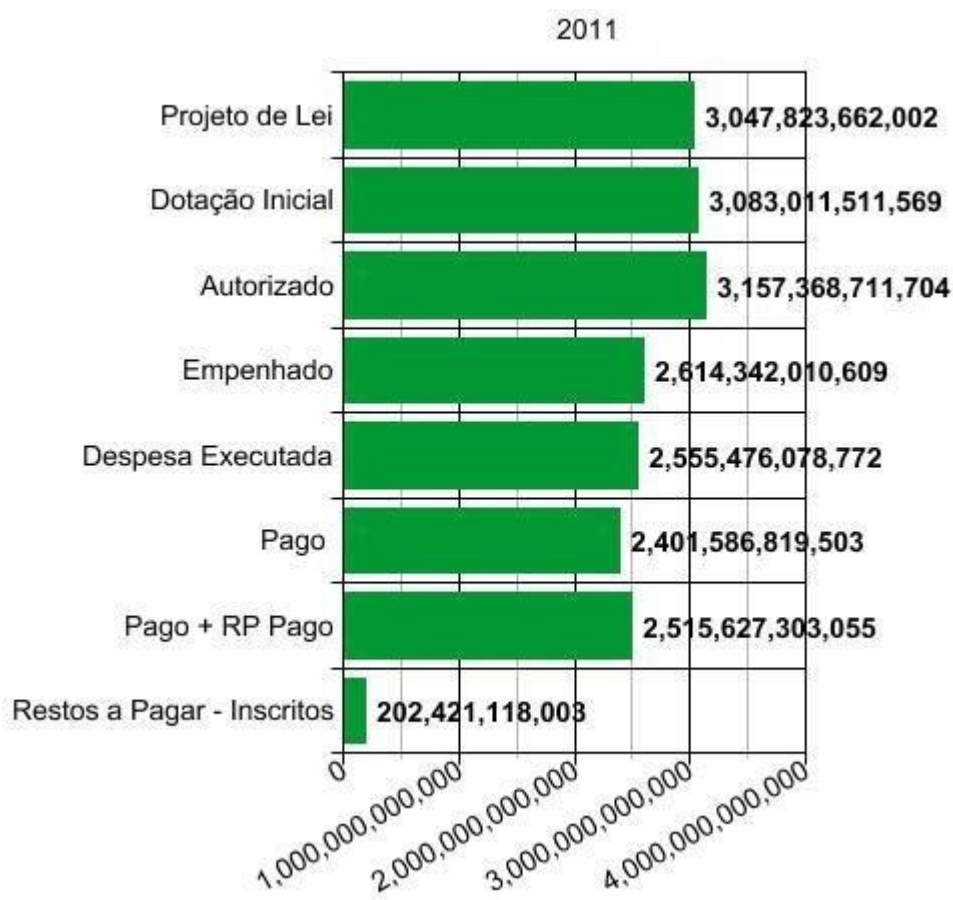
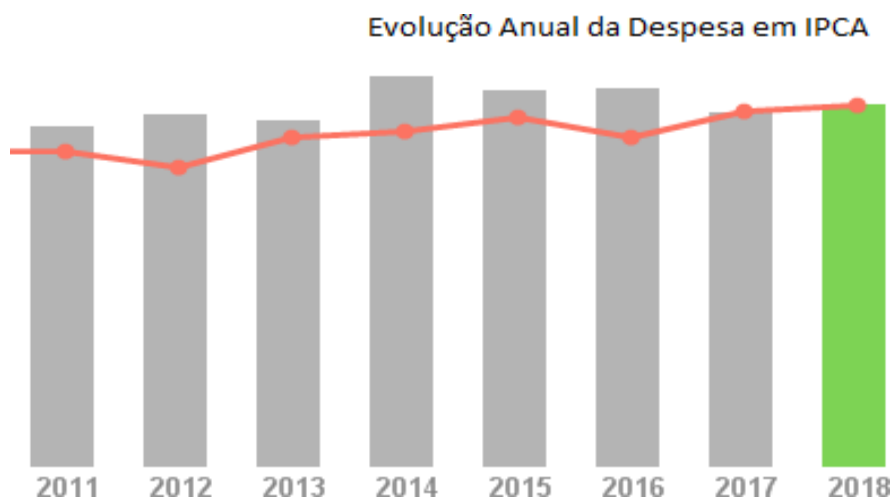




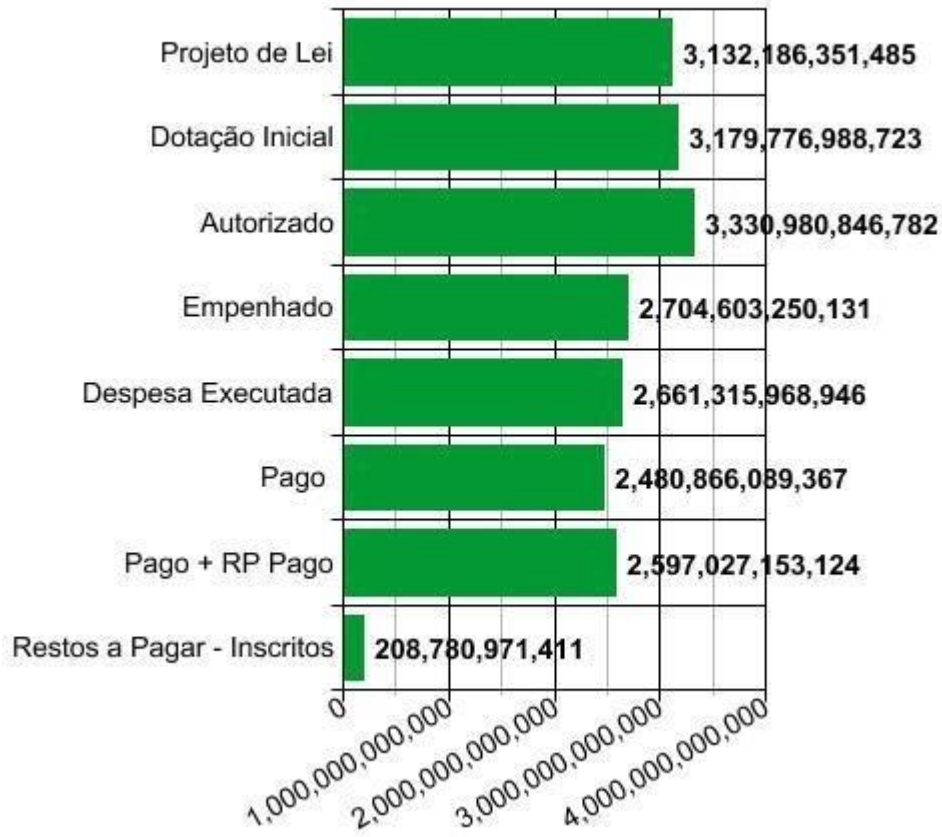




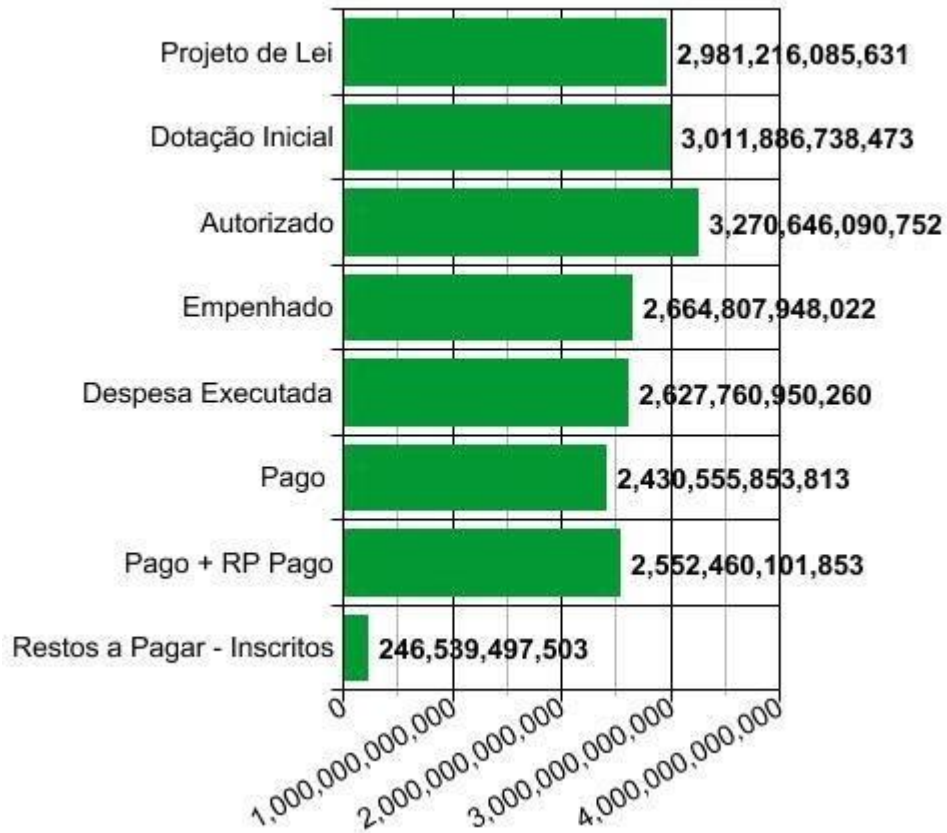
Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável das despesas entre os períodos de 2011 á 07/2018

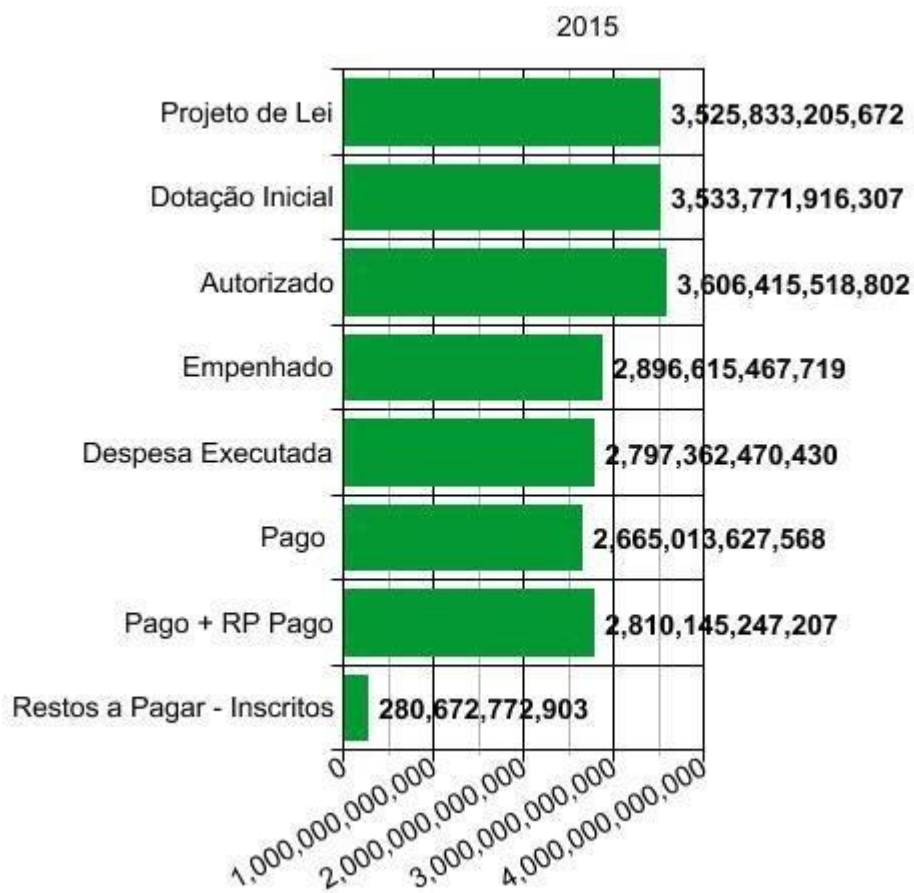
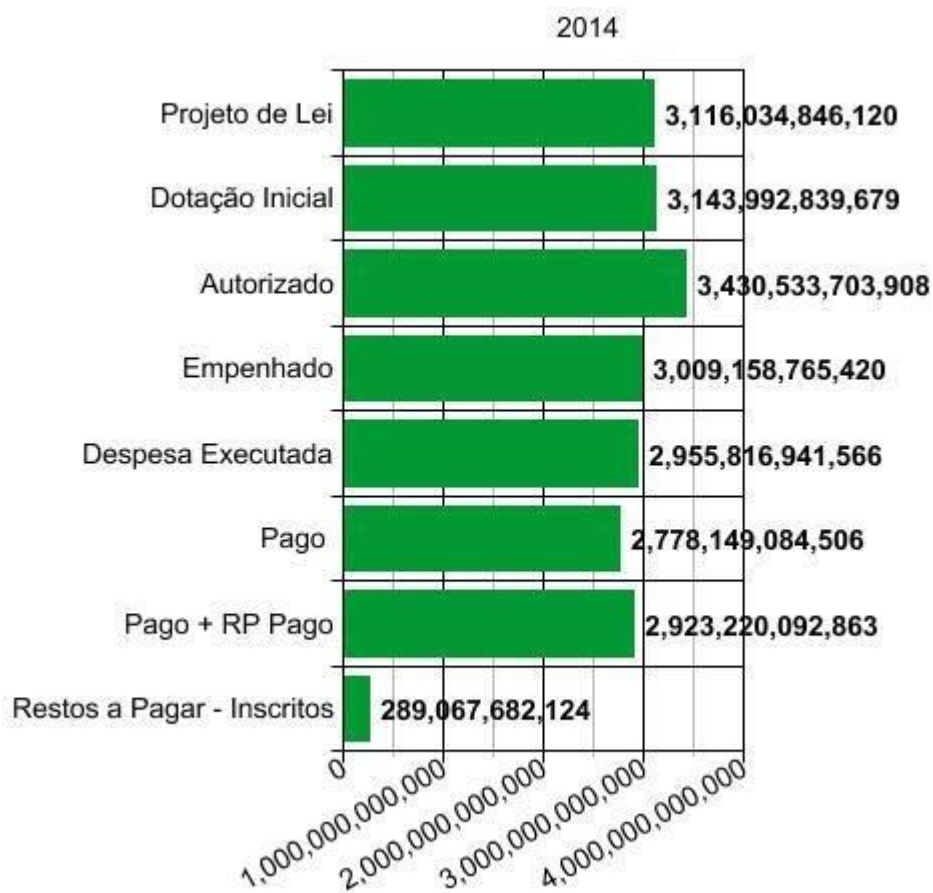


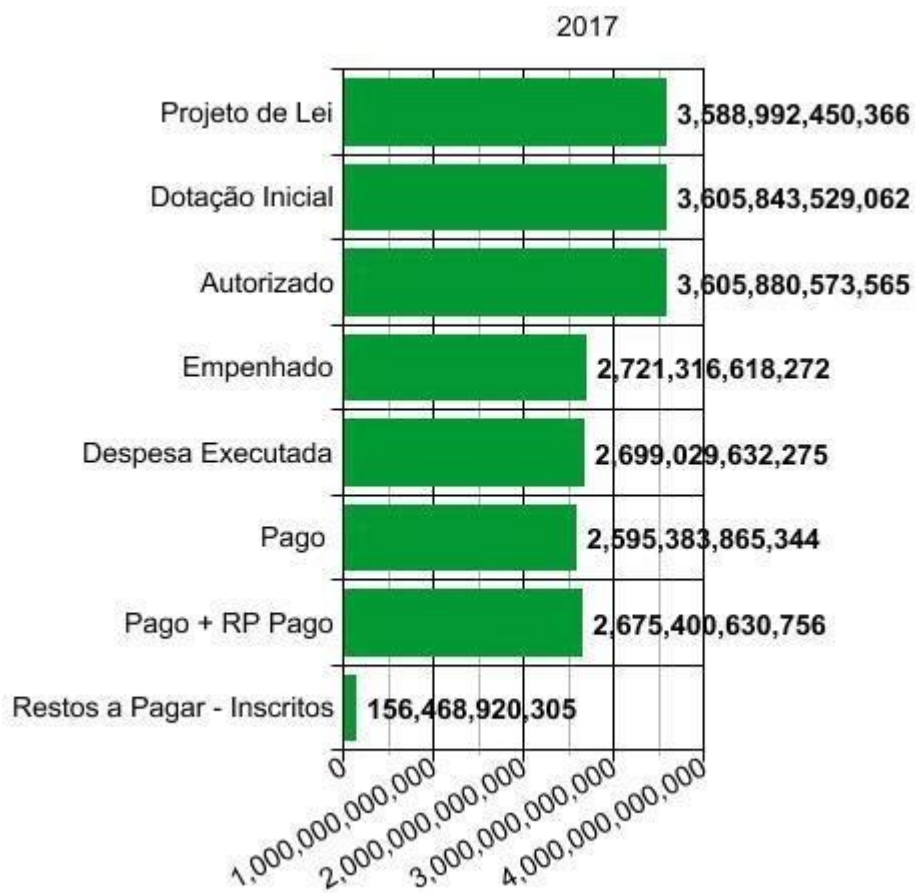
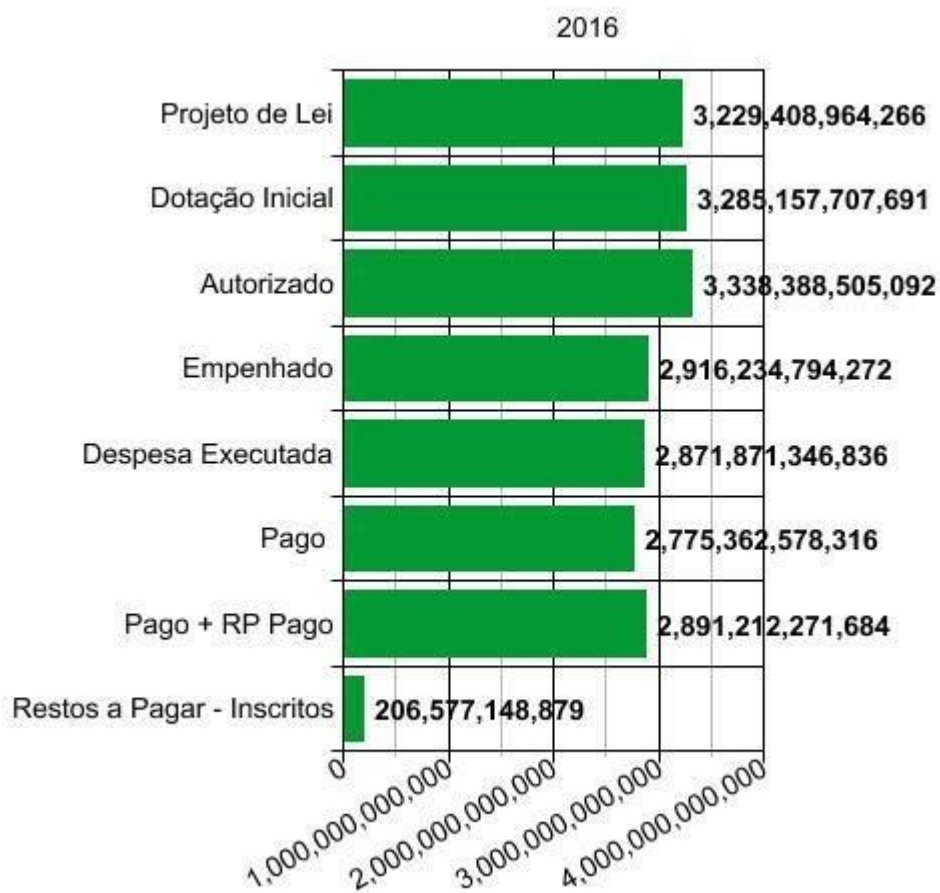
2012

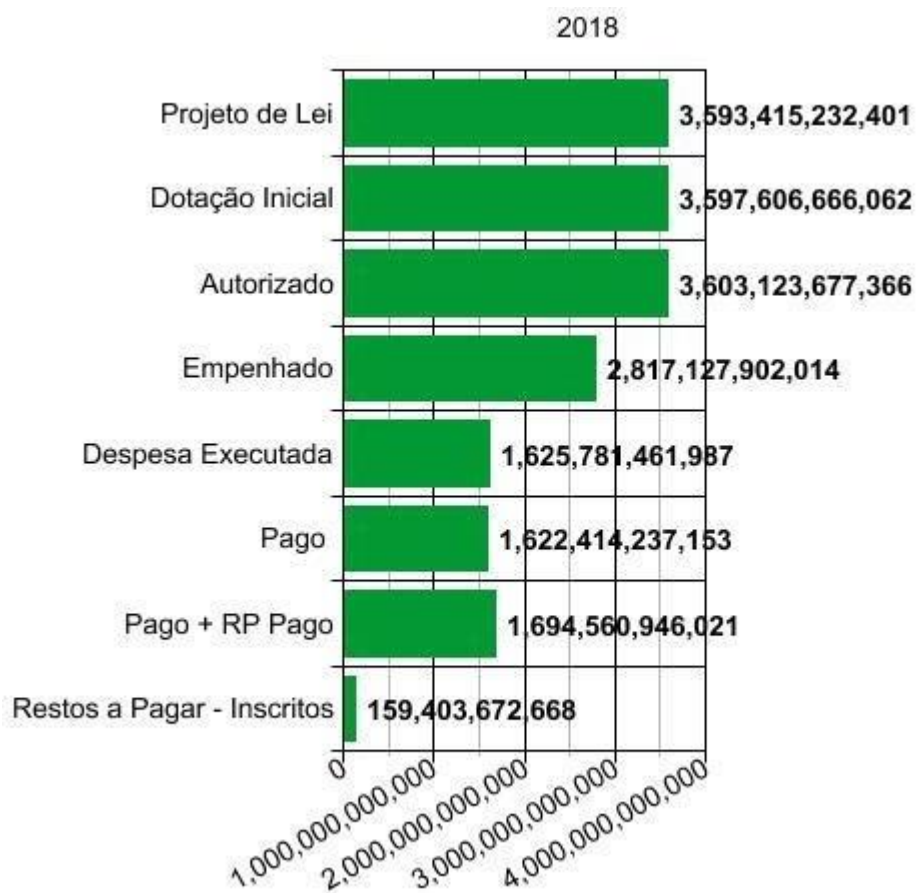


2013









4.2 – Evolução Geral das Receitas e Despesas

Através dos gráficos verificamos a conexão que existe entre as variáveis que ocorreu na ascensão das receitas previstas entre os anos de 2011 e 2015 podendo verificar uma queda no ano de 2016 com a ascensão dos aportes nos demais anos 2017 e 1º semestre de 2018. Observamos também que com relação às despesas não foi muito diferente houve um aumento significativo entre os anos 2014, 2015 com queda em 2016 e voltando a subir em 2017 e com projeção de aumento para o corrente ano de 2018. No ano de 2011 a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu o teto da meta do Banco Central fechou em 6,50%, no ano de 2012 o IPCA fecha 2012 acima do centro da meta, com alta de 5,84%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 5,84% em 2012, após avanço de 0,79% em dezembro, Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2013, O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano com uma alta acumulada de 5,91%, contra um avanço de 5,83% aferido no ano anterior. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2014 com uma alta acumulada de 6,41%, contra um avanço de 5,91% aferido no ano anterior. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2015 com uma alta acumulada de 10,67%, contra um avanço de 6,41% aferido no ano anterior. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano de 2016 com um crescimento de 6,29%. Foi a menor variação anual desde 2013. Com a maior variação mensal foi encerrado o ano 2017. Sendo assim, o IPCA acumulado em 2017 foi 2,95% e ficou 3,34 p.p. abaixo dos 6,29% registrados em 2016. Esse acumulado foi o menor desde 1998 (1,65%). Já o INPC de dezembro foi de 0,26% e fechou o ano em 2,07%, a menor taxa acumulada desde a implantação do Plano Real. Os dados completos do IPCA e do INPC já no primeiro semestre de 2018 o IPCA esta em 2,94% acumulado do ano, e com projeção de acumulado de 12 meses de 4,80%. A projeção dos economistas para a inflação em 2018 está dentro da meta deste ano, cujo centro é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 3,0% a 6,0%).

4.3 Gastos Primários

4.3.1 Análise Gastos Primários

A seguir faremos uma análise nos gastos públicos conforme a fonte: – Ministério do Planejamento. O saldo primário é o resultado das contas públicas excluindo os juros. Esses recursos são usados para o pagamento dos juros e, quando superiores a eles, são usados para a quitação de parte das dívidas. Nesse caso, temos um exemplo de superávit nominal, o que tende a reduzir o montante da dívida pública. O governo faz dois tipos de gastos: os primários e o pagamento de juros da dívida pública. Os primários são os gastos com saúde, educação, assistência social, cultura, defesa nacional etc. Portanto mostra que somente existe déficit orçamentário porque as despesas com o pagamento de juros da dívida pública são elevadíssimas. Assim o Déficit Primário, valor gasto pelo Governo e que excede o valor de sua arrecadação, sem levar em consideração a despesa realizada com o pagamento dos juros da dívida pública. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) disponibiliza para o cidadão brasileiro uma apresentação objetiva e sintética sobre a composição e a evolução do gasto público primário nos últimos anos. O propósito é oferecer um canal de informação esclarecedor e elucidativo que facilite o entendimento desse complexo fenômeno que é o gasto público. O estudo organiza os investimentos com educação, saúde, assistência social e, em especial, o que foi direcionado para os Benefícios Previdenciários – na área urbana, em valores correntes, além das despesas com Pessoal e Encargos Sociais – incluindo inativos e pensionistas. A apresentação mostra os valores gastos em 2016 e em anos anteriores, em milhões de reais. Saber onde os recursos públicos são aplicados é um direito de todo cidadão. O Brasil passa por um período em que a discussão sobre as prioridades de aplicação dos recursos públicos afetará a todos brasileiros. Essa discussão resultará em decisões mais acertadas à medida que a sociedade esteja bem informada sobre a repartição dos recursos públicos. O Ministério amplia o grau de transparência das contas públicas com essa publicação.

Obs. Não foi possível encontrar os gastos primário de 2017, devido a prestação de contas a ser aprovada.

Gasto Primário - Variação entre 2011 e 2016

(R\$ milhões - Valores Correntes)

Despesas Primárias - 2011 a 2016	Variação	Variação %
Benefícios Previdenciários - Urbano	176.557,6	80,25%
Pessoal e Encargos Sociais (inclusive servidores inativos e pensionistas)	76.432,3	42,13%
Benefícios Previdenciários - Rural	49.875,4	81,18%
Gasto da Saúde (exc.pessoal)	42.391,8	73,84%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	23.754,2	94,13%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	17.593,3	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	16.609,6	247,24%
PAC	14.020,2	50,03%
Seguro Desemprego	13.872,9	58,30%
Gasto da Educação (exc.pessoal)	12.226,4	54,79%
Gasto da Assistência Social (exceto pessoal e BPC) (inclui Bolsa Família)	11.734,1	57,74%
Abono	7.967,4	76,76%
Sentenças Judiciais e Precatórios	7.900,0	349,04%
Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União	6.002,3	85,72%
FUNDEB (Complem. União)	4.345,9	46,59%
Demais Despesas Obrigatórias	10.652,8	85,13%
Demais Despesas Discricionárias do Executivo	18.725,8	43,02%
DESPESA TOTAL	510.662,1	69,79%

Composição do Gasto Primário 2011 - 2016

(R\$ milhões constantes IPCA dez/2016)

Despesas Primárias	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Benefícios Previdenciários - Urbano	315.959,9	334.463,8	355.044,1	368.518,1	373.784,4	403.560,9
Pessoal e Encargos Sociais (inclusive servidores inativos e pensionistas)	260.842,9	256.894,0	263.348,6	268.457,7	263.928,7	262.523,7
Benefícios Previdenciários - Rural	88.252,5	96.966,2	103.165,0	107.027,2	108.435,8	113.299,2
Gasto da Saúde (exc.pessoal)	82.499,9	89.873,6	95.387,1	102.226,5	95.131,1	101.611,5
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	36.286,2	40.314,6	43.618,1	46.568,8	47.154,4	49.920,6
PAC	40.181,0	53.646,6	57.429,4	69.856,5	52.079,7	42.784,4
Seguro Desemprego	34.211,1	36.287,7	39.555,9	44.941,2	42.588,4	38.396,7
Gasto da Educação (exc.pessoal)	32.060,5	34.347,6	40.197,9	43.970,5	36.224,9	35.188,6
Gasto da Assistência Social (exceto pessoal e BPC) (inclui Bolsa Família)	29.189,1	32.613,5	35.945,1	37.707,2	33.700,5	32.645,6
Subsídios, Subvenções e Proagro	9.665,0	10.462,3	7.670,4	5.264,1	57.747,6	24.074,3
Abono	14.827,2	16.679,0	17.253,6	20.033,3	10.014,6	18.822,0
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	2.373,0	11.530,8	21.759,8	28.099,6	18.013,7
FUNDEB (Complem. União)	13.455,4	14.149,3	11.925,4	13.154,7	14.876,8	13.967,2
Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União	10.058,2	11.260,1	11.120,7	12.576,4	13.041,9	13.225,9
Sentenças Judiciais e Precatórios	3.258,0	3.940,2	4.281,2	5.736,2	10.586,5	10.193,4
Demais Despesas Obrigatórias	17.948,7	15.675,5	29.202,5	28.534,6	42.266,2	23.552,8
Demais Despesas Discricionárias do Executivo	62.538,3	57.841,3	54.437,8	59.500,3	50.474,5	63.173,1
DESPESA TOTAL	1.051.233,9	1.107.788,3	1.181.113,6	1.255.833,0	1.280.135,6	1.264.953,6

Gasto Primário - Variação entre 2011 e 2016

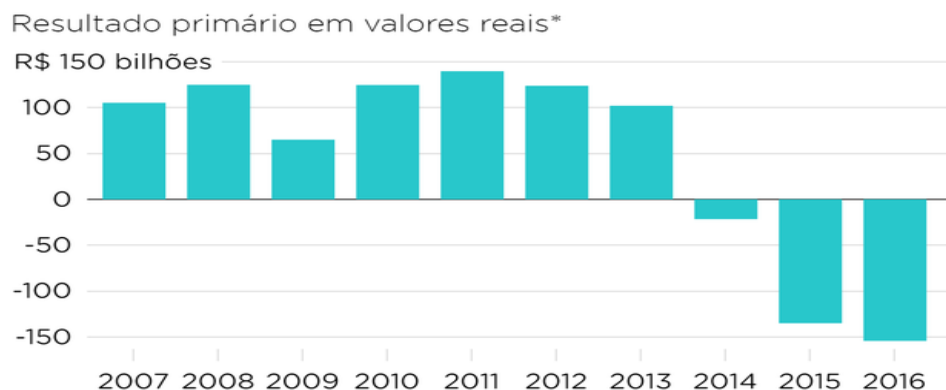
(R\$ milhões constantes IPCA dez/2016)

Despesas Primárias - 2011 a 2016	Variação	Variação %
Benefícios Previdenciários - Urbano	87.601,0	27,73%
Benefícios Previdenciários - Rural	25.046,8	28,38%
Gasto da Saúde (exc.pessoal)	19.111,6	23,17%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (*)	18.013,7	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	14.409,3	149,09%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	13.634,4	37,57%
Sentenças Judiciais e Precatórios	6.935,5	212,88%
Seguro Desemprego	4.185,6	12,23%
Abono	3.994,8	26,94%
Gasto da Assistência Social (exceto pessoal e BPC) (inclui Bolsa Família)	3.456,4	11,84%
Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União	3.167,7	31,49%
Gasto da Educação (exc.pessoal)	3.128,1	9,76%
PAC	2.603,4	6,48%
Pessoal e Encargos Sociais (inclusive servidores inativos e pensionistas)	1.680,8	0,64%
FUNDEB (Complem. União)	511,8	3,80%
Demais Despesas Obrigatórias	5.604,1	31,22%
Demais Despesas Discricionárias do Executivo	634,8	1,02%
DESPESA TOTAL	213.719,7	20,33%

4.3.2 Discussão

O governo brasileiro teve em 2016 seu maior prejuízo desde 1997, quando começa a série histórica de resultado primário. O déficit no ano passado foi de R\$ 154 bilhões. É também a primeira vez que o governo tem resultado primário negativo por três anos consecutivos. As projeções para o futuro não são nada animadoras. O Ministério da Fazenda só projeta superávit primário para o ano de 2019. Esses números são relativos ao governo central - que engloba as contas do governo federal, Previdência Social e Banco Central. O resultado fiscal é a diferença entre o que o governo arrecada e gasta. Nos últimos anos as despesas têm sido maiores que as receitas. Isso valeu também para o chamado resultado primário, que não leva em conta os gastos com juros e com a tomada de mais dinheiro emprestado. Com base nos números divulgados pelo Ministério da Fazenda, o Nexso mostra a evolução da situação fiscal do Brasil.

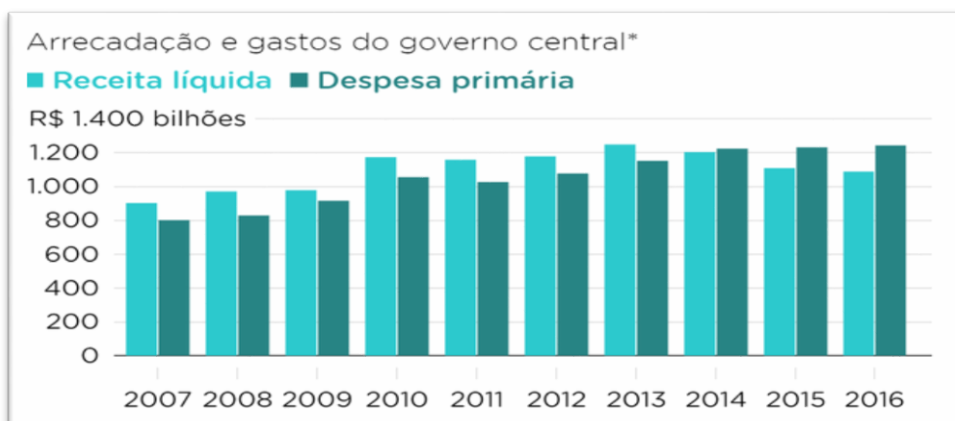
4.3.3 HISTÓRICO RECENTE



4.3.4 RESULTADOS PROMETIDOS

A importância do cumprimento das metas Independentemente do debate político que está em torno dos números, o fato é que o país cumpriu a meta estabelecida de superávit pela primeira vez desde 2011. De 2012 a 2015, período em que as metas foram estabelecidas pelo governo Dilma, nunca se cumpriu a previsão inicial apresentada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas e o resultado para o ano subsequente. O governo costumava alterar as metas pré-estabelecidas e as sucessivas mudanças acabavam minando a credibilidade da equipe econômica. As metas foram criadas no final da década de 1990 como parte da política de tripé macroeconômico. O cumprimento de metas de superávit é um sinal de que o governo está comprometido com o equilíbrio das contas públicas e com a estabilização de suas dívidas. Quanto piores os resultados primários do governo e menor a credibilidade em seus compromissos, mais altos serão os juros que ele vai pagar para se financiar. Isso tem impacto em toda a economia, inclusive na inflação. Receitas e despesas O rombo inédito nas contas públicas tem variadas explicações. Os aliados do antigo governo culpam a crise internacional. Já a atual equipe econômica costuma criticar a política fiscal anterior, supostamente tolerante com o aumento de gastos. O fato é que receitas caíram e gastos cresceram. Desde 2013 as receitas do governo vem diminuindo. Dados divulgados pela Receita Federal na terça-feira (31) mostram que o volume de recursos arrecadados está em níveis parecidos com os de 2010. Contando apenas os impostos administrados pela Receita Federal - e excluindo, por exemplo, arrecadação da Previdência - a arrecadação do governo diminuiu R\$ 147 bilhões entre 2013 e 2016 em valores reais. Olhando para a receita líquida total, que inclui toda a arrecadação, o processo é parecido.

4.3.5 EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS



A queda de receitas, resultado da crise econômica que diminuiu a arrecadação de impostos, foi acompanhada por um contínuo crescimento dos gastos acima da inflação nos últimos anos. Isso não será mais possível a partir de 2017, quando começa a valer o teto de gastos - que congela o crescimento real dos gastos públicos.

4.4 Despesas com a dívida pública: R\$ 1,35 trilhão

A dívida pública é o componente que mais pesa no orçamento da União e, conseqüentemente, nos gastos do governo. Mais de R\$ 1,35 trilhão custeiam juros, amortizações e o refinanciamento da dívida. Segundo o que está previsto no projeto de Lei Orçamentária de 2017, essa cifra deve aumentar para R\$ 1,7 trilhão. Refinanciamento da dívida basicamente, refinar significa emitir nova dívida para pagar dívidas antigas. Isso também é chamado de rolagem da dívida. O governo rola dívidas porque não tem condições de pagá-las. O refinanciamento é a maior parte dos gastos relacionados à

dívida pública. A União deve refinarciar cerca de R\$ 880 bilhões em 2016 e a conta deve chegar bem perto de R\$ 1 trilhão em 2017. Os Juros são o que o governo paga pelo empréstimo de recursos. Em geral, o governo emite títulos da dívida com juros equivalentes à taxa Selic, atualmente em 14% ao ano. Em 2016, os juros e encargos da dívida custaram R\$ 304 bilhões; em 2017, serão R\$ 339 bilhões. As amortizações são as despesas com o pagamento do principal e a atualização monetária da dívida. Boa parte das amortizações é feita por refinanciamento da dívida. Em 2016, vamos amortizar R\$ 132 bilhões. Já no ano que vem, a amortização será ampliada para R\$ 436 bilhões.

4.4.1 PREVIDÊNCIA SOCIAL: R\$ 572 BILHÕES

A maior despesa primária (ou seja, despesa não financeira) do orçamento da União é a Previdência Social. Trata-se do sistema que deve garantir aposentadoria e outros benefícios previdenciários aos trabalhadores brasileiros. A conta da previdência aumenta ano após ano, conforme mais trabalhadores se aposentam. Para 2017, prevê-se que a Previdência terá orçamento de R\$ 650 bilhões. Por causa do aumento dessas despesas, o governo pretende apresentar uma proposta de reforma da previdência em 2017.

4.4.2 ENCARGOS ESPECIAIS (SEM GASTOS COM DÍVIDA)

Encargos especiais são todas as despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço gerado no processo produtivo corrente. Isso inclui o serviço da dívida, indenizações e ressarcimentos. Para além dos gastos com a dívida pública, há outros R\$ 345 bilhões destinados a encargos especiais.

4.4.3 SAÚDE: R\$ 109 BILHÕES

A saúde é considerada uma área prioritária tanto pelo governo, quanto pela população. Por isso, possui piso constitucional. O artigo 198, parágrafo segundo, inciso I da Constituição determina que 13,2% da receita corrente líquida do governo federal (percentual que deve chegar a 15% em 2020) seja destinada aos serviços de saúde pública. Segundo o jornal Estado de São Paulo, os 109 bilhões de 2016 valor estão cerca de R\$ 6 bilhões acima do mínimo determinado pela Constituição. A PEC 55 prevê que os gastos com saúde devem crescer pelo menos o equivalente à inflação. Mas crescimentos reais dependerão de cortes em outras áreas, o que torna incerto o aumento do investimento.

4.4.4 EDUCAÇÃO: R\$ 103 BILHÕES

Por lei, o governo federal deve destinar pelo menos 18% das receitas em impostos para a educação (mais especificamente para a “manutenção e desenvolvimento do ensino”). Mas esse piso tem sido superado com folga nos últimos anos. Em 2016, por exemplo, ele equivale a apenas R\$ 45 bilhões, segundo o jornal Estado de São Paulo. Foi a despesa primária que mais cresceu na década passada, como mostra estudo da Consultoria Legislativa do Senado. Entretanto, a educação pode ser afetada nos próximos anos, se a PEC 55 for aprovada. A proposta limita o crescimento dos gastos na área apenas o equivalente à inflação, se não houver cortes em outras despesas.

4.4.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA: R\$ 96 BILHÕES

É sempre importante ter algum tipo de reserva para se prevenir contra situações adversas e é nisso que consistem esses gastos do governo. Pois é exatamente essa a finalidade da reserva de contingência prevista no Orçamento Geral da União. Portanto, não se trata de um gasto propriamente dito, e sim uma segurança, no caso de imprevistos. Segundo o Ministério do Planejamento, a reserva de contingência precisa ser da ordem de pelo menos “3% da receita global de impostos da receita de contribuições sociais”.

4.4.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL: R\$ 77 BILHÕES

A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. São recursos utilizados para atender às necessidades básicas da população. Um exemplo de política pública de assistência é o benefício de prestação continuada (BPC). Os beneficiários do BPC são idosos e pessoas com deficiência que comprovem que não possuem meios de se sustentar. O benefício é de um salário mínimo. Um dos programas sociais mais conhecidos é o programa Bolsa Família, que há mais de uma década beneficia milhões de famílias carentes. Finalmente, cabe mencionar o programa Brasil sem Miséria, que atua nas frentes de garantia de renda, acesso a serviços e acesso a educação.

4.4.7 TRABALHO: R\$ 72 BILHÕES

Entendem-se como função de trabalho as políticas públicas de geração de emprego e renda. A maior parte dos recursos nessa área é destinada a benefícios do trabalhador, como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), o abono salarial e o seguro-desemprego.

4.4.8 DEFESA NACIONAL: R\$ 59 BILHÕES

Esses recursos financiam as Forças Armadas brasileiras. Elas estão sob o comando do Ministério da Defesa e compostas por Exército, Marinha e Aeronáutica. Apesar de o Brasil não se envolver em guerras há mais de um século, as nossas Forças Armadas atuam em diferentes frentes, como missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), segurança das fronteiras e até na segurança pública, em casos emergenciais.

4.4.9 OUTROS GASTOS

O governo ainda gasta dinheiro com uma porção de coisas. Remete recursos, por exemplo, para agricultura, transporte, segurança pública e gestão ambiental. E é bom lembrar, também precisa manter os poderes Judiciários e Legislativos, a administração da União e fazer transferências para estados e municípios. Por fim, é importante mencionar que os números acima, discriminados por função, incluem gastos com servidores públicos lotados em cada área. Ao todo, os gastos do governo com pessoal e encargos sociais chegaram a mais de R\$ 280 bilhões em 2016.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Pressupostos

Os propósitos que determinou a pesquisa e seus resultados foram os seguintes:

a) foram consideradas O Orçamento Geral da União (OGU); b) para permitir a comparabilidade dos dados, foi utilizada a evolução anual especificando receitas e despesas que trouxe os registros e seus

valores dos anos de 2011 a 2018 com ênfase sobre os gastos primários entre 2011 e 2016. c) foi considerada a credibilidade dos dados fornecidos pelo Site do Ministério do Planejamento e Gestão e do Siga Brasil (SIAFI). Assim, não se realizou uma averiguação prévia quanto à correção dos dados obtidos e reconhecendo que o sistema financeiro do governo possui controles para assegurar a integridade, a confiabilidade e a autenticidade dos seus registros contábeis pelo governo federal. Portanto como se trata de dados não houve nenhuma correção, foram todos subtraídos através de registros fornecidos das fontes do governo federal.

5.2. Alcance dos objetivos

5.2.1 - Objetivo geral:

Orçamento Público, Estruturamento e Ascensão das Despesas Públicas, o Mecanismo da Gestão analise e evolução das Receitas e Despesas entre 2011 á 2018, e ênfase nos gastos primários de 2011 a 2016.

Este Trabalho de Conclusão de Curso demonstrou a importância de se ter conhecimento do orçamento público, conforme á Lei 4320/64, onde estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (DF), e rege como será destinado a aplicação do dinheiro publico, com suas divisões, procedimentos, e princípios. Como podemos perceber o Orçamento Publico e citados por muitos doutrinadores da área como o coração de uma gestão publica, onde se propicia ao gestor a compreensão em relação a política econômica financeira e suas particularidades receitas e despesas. Com o objetivo de auxiliar o governo e sua eficaz em beneficiar sua população. Tem o papel fundamental na Administração Pública, amparando seus gestores, pois através deles que podemos acelerar o crescimento de uma nação. Baseado dentro das leis que possibilita o planejamento até a sua execução. O Orçamento Publico se destaca pela sua complexidade, porém, fica explicito ao gestor público a necessidade de se planejar e contar com técnicas dentro dos aspectos mais acessíveis e mais compreensivos para administrar esse recurso em prol da população priorizando os mais carentes. Por isso exige um controle, planejamento, transparência, e indicativos para que os gestores públicos possam nortear as ações com mais responsabilidade e eficiência no efetivo cumprimento de todas as exigências que é o ato de administrar os recursos públicos.

5.3 - Sugestões para pesquisas futuras

Considerando que o orçamento público é um mecanismo de planejamento e execução das ações governamentais onde constam especificadas e detalhadas todas as receitas e despesas que serão executadas em um determinado exercício ou gestão, podemos assim concluir que dessa forma o orçamento passou a ser peça estratégica para o controle financeiro, possibilitando a compatibilidade das receitas e despesas e sua proporção, dentro de um determinado período de tempo. O Projeto de Lei Orçamentária deverá seguir os mecanismos legais, originando pelo poder executivo, que elabora o orçamento baseado nas despesas e receitas do ano exercício anterior, projetando-os para o exercício seguinte, conseqüentemente visualizando a necessidade de adequação das despesas e receitas realizadas com as esperadas, ou seja, cortar eventuais gastos e redistribuir receitas. Sendo assim o orçamento público tornou um tema de grande expressão, porque depois que foi criada e implantada a Lei de Responsabilidade Fiscal que veio para delimitar os gastos públicos indevidos, a elaboração de um orçamento público eficiente e eficaz esta sendo adequado dentro dos princípios orçamentários e se tornou ainda mais relevante para a que a sociedade possa ser beneficiada com aplicação dos recursos.

Dentro deste propósito outro ponto de relevância é Orçamento Participativo que podemos considerar a forma mais democrática de elaboração do orçamento público, pois possibilita maior transparência, acompanhamento e fiscalização, por parte da sociedade sobre as ações do governo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Siga Brasil – Senado Federal (execução orçamentária por natureza de despesa)

Siga Brasil – Senado Federal (execução orçamentária por função)

SENADO FEDERAL. Portal do orçamento. **SigaBrasil**. Disponível em: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil

Orçamento Cidadão 2016

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. publicado no DOU 24.1.1967

JUND Sergio, 2008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. 3ª Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2008. Administração, orçamento e contabilidade pública

BIBLIOTECA DIGITAL CAMARA DOS DEPUTADOS <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca>

http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamento_anuais/orcamento-2011a2018./orcamentos_anuais_view?anoOrc=2011=2018

[orcamentos_anuais_view?anoOrc=20112013,](http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos_anuais_view?anoOrc=20112013)

Manual Técnico de Orçamento – MTO 2014. v. 1, ed. 2014, Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria de Orçamento Federal.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. DOU 05out1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

BRASIL. **Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Parte I – procedimentos contábeis orçamentários. Aplicado a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Portaria conjunta STN/SOF nº 1, de 20jun2011. Válido para o exercício de 2012. 4ª edição. Brasília, 2011. 133p. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteI_PCO2011.pdf

CÂMARA DOS DEPUTADOS (CD). **40 Anos de Consultoria Legislativa: consultores legislativos e consultores de orçamento**. Série obras comemorativas. Homenagem; n 1. Brasília: Edições Câmara, 2011. 200p. (a)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA INPC**. Jun2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipcainpc_201206caderno.pdf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Série Estatísticas**

Acesso em: 15jan.2012. (a)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007**. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento Federal. DOU 17ago2007. Disponível em: https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/portarias/portaria_37_de_160807.pdf. Acesso em: 23maio2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Portaria nº 41, de 18 de agosto de 2008**. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento Federal. DOU 19ago2008. Disponível em: https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/portarias/Portaria_41_de_180808.pdf.

Fonte: (<http://www.planejamento.gov.br/noticias/planejamento-divulga-composicao-dos-gastos-publicos-nos-ultimos-anos-1>)

Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/01/3-gr%C3%A1ficos-para-entender-os-resultados-fiscais-do-governo>

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/01/3-gr%C3%A1ficos-para-entender-os-resultados-fiscais-do-governo>